



Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra

Dr. Sérgio Sousa Pinto

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

GAOM

05.02.2020

ASSUNTO: Proposta n.º 43-P/2020

«Ratificar a Resolução Fundamentada na providência cautelar intentada no âmbito do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFC).»

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicito a V. Ex.ª que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião de Câmara, realizada em 5 de fevereiro de 2020.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Basílio Horta



PATRIAMUNDO MUNICIPAL WORLD HERITAGE

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais

Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra / Telefones: +351 219238642/8606 gaom@cm-sintra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

5

Nos termos do Art.º 57.º, n.º 3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; artigo 34.º, n.ºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro; e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária e Pública de 30 de outubro de 2017 que aprovou por unanimidade a Proposta n.º 824-P/2017, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião Ordinária de 05-02-2020**.

Proposta nº 43-P/2020, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO:

Aprovada por unanimidade.


Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 5 de fevereiro de 2020.

O Presidente



Basílio Horta

A Coordenadora



Lúcia Dias Vargas





SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
PRESIDÊNCIA

SMART DOCS
Nº 4356 28/01/2020

PROPOSTA N.º 43 /P/2020

Considerando que:

- Em 13.01.2020 foi o Município de Sintra citado da providência cautelar supra identificada, intentada pela empresa Baptista Rodrigues Construções, Lda., através da qual veio requerer a procedência da medida cautelar de suspensão da eficácia:

- da norma constante do artigo 4.º do Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2019-2028 Sintra (PDMFCI), e da cartografia da perigosidade de incêndio florestal que constitui o anexo I do Plano, a área dos lotes da Requerente é classificada com alta e muita alta perigosidade de incêndio rural;

- do ato administrativo consubstanciado na Deliberação da Assembleia Municipal de Sintra de 2 de julho de 2019, que aprovou o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2019-2028, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 184, de 25 de setembro de 2019.

- O prazo de que se dispunha para apresentar a Resolução Fundamentada, não se coadunava com o agendamento das reuniões dos órgãos municipais, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 128.º do CPTA, reconheci, por meu despacho de 27 de janeiro de 2020, a existência de grave prejuízo para o interesse público na suspensão da execução do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, circunstância que, não obstante a pendência da providência cautelar, determina que se mantenha em vigor o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2019-2028 de Sintra.

Reunião de

05 FEV. 2020

1



Docº Agendado com o
Nº 5



SINTRA

CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDÊNCIA

- Ao abrigo do disposto nos artigos 25.º, n.º 1, alínea h), e artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc), do Regime Jurídico aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro,

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere ratificar a Resolução Fundamentada que agora anexo e dou como integralmente reproduzida, deliberando ainda o envio da mesma à Assembleia Municipal, para idêntica finalidade.

Paços do Concelho de Sintra, 7 de 01 de 2020

O Presidente da Câmara Municipal

(Basílio Horta)

Reunião de

05 FEV. 2020

Docº Agendado com o
Nº 5



N.º SM 4356/2020

Sintra, 28-01-2020 13:48:16

Assunto: Proc. n.º 34/2020/AC – Providência Cautelar – Proc. n.º 15/20.2BESNT – A – TAF Sintra (3.ª U.O) – Valor da Ação € 30.000,01

Autora: Baptista, Rodrigues Construções, S.A./Réu: Município de Sintra

Alice Coelho
Rodrigues de Castro

Digitally Signed by Alice Coelho Rodrigues de Castro
DN: cn=Alice Coelho Rodrigues de Castro,
SERIALNUMBER=DCPT-10294522, T=Jurista,
OU=Certificado para Pessoa Singular, OU=Divisão
de Assuntos Jurídicos, O=Município de Sintra, C=PT
Reason: Parecer
Date: 2020-01-28T13:50:27

Exm.ª Sr.ª Diretora

Concordo, face ao exposto, propõe-se submeter à consideração superior a minuta de proposta em anexo, destinada a ser subscrita pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara, em caso de concordância, a fim de propor ao Executivo o envio de Resolução Fundamentada, que visa manter em vigor o PDMFCI de Sintra na pendência da decisão judicial em referência, à Assembleia Municipal para ratificação.
À consideração superior,

Lúcia de Fátima
Barreira Dias Vargas

Digitally Signed by Lúcia de Fátima Barreira Dias Vargas
DN: cn=Lúcia de Fátima Barreira Dias Vargas,
SERIALNUMBER=DCPT-10069979, T=Chefe de
Divisão, OU=Certificado para Pessoa Singular,
OU=Divisão de Assuntos Jurídicos, O=Município de
Sintra, C=PT
Reason: Parecer
Date: 2020-01-28T15:04:27

Exmo. Senhor Presidente,

Concordo, atendendo a que foi apresentada resolução fundamentada na providência cautelar em apreço, por forma a retirar o efeito suspensivo da ação e manter em vigor o Plano de Defesa das Florestas, proponho a submissão à Câmara da informação que se anexa para ratificação e posterior à Assembleia Municipal para o mesmo efeito.
Todavia, à consideração de V.Exa.

Sandra Isabel
Magno de Brito

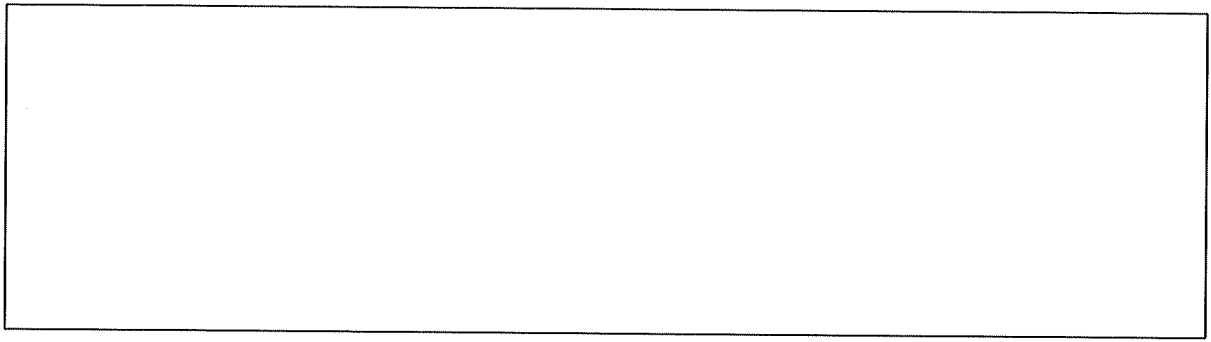
Digitally Signed by Sandra Isabel Magno de Brito
DN: cn=Sandra Isabel Magno de Brito,
SERIALNUMBER=DCPT-03561006, T=Jurista,
OU=Certificado para Pessoa Singular, OU=Divisão
de Assuntos Jurídicos, O=Município de Sintra,
C=PT
Reason: Despacho
Date: 2020-01-28T15:53:13

Basílio Horta
Presidente

Reunião de

05 FEV. 2020

Doclº Agendado com o
Nº 5





Informação – Proposta n.º SM 4356
Sintra, 28-01-2020

Assunto: Proc. n.º 34/2020/AC– Providência Cautelar – Proc. n.º 15/20.2BESNT – A – TAF Sintra (3.ª U.O) – Valor da Ação € 30.000,01

Autora: Baptista, Rodrigues Construções, S.A./Réu: Município de Sintra

De: Alice Castro - DJUR

Para: Exma. Senhora Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos

Em 13.01.2020 foi o Município de Sintra citado da providência cautelar supra identificada, intentada pela empresa Baptista Rodrigues Construções, Lda., através da qual veio requerer a procedência da medida cautelar de suspensão da eficácia:

- da norma constante do artigo 4.º do Regulamento que constitui o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2019-2028 Sintra (PDMFCI), e da cartografia da perigosidade de incêndio florestal que constitui o anexo I do Plano, por via das quais a área dos lotes da Requerente é classificada com alta e muita alta perigosidade de incêndio rural;

- do ato administrativo consubstanciado na Deliberação da Assembleia Municipal de Sintra de 2 de julho de 2019, que aprovou o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2019-2028, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 184, de 25 de setembro de 2019.

Mais foi o Município citado de que “*nos termos do n.ºs 1 e 2 do art.º 128.º do CPTA, não pode iniciar ou prosseguir a execução do ato, devendo impedir, como urgência, que os serviços competentes ou se os interessados procedam ou continuem a proceder à execução do ato, salvo, se no prazo de 15 dias, mediante resolução fundamentada, reconhecer que o diferimento da execução seria gravemente prejudicial para o interesse público.*”

Em 22.01.2020 foi apresentada a Resposta do Município à providência cautelar.

Reunião de

05 FEV. 2020

Docº Agendado com o
Nº 5

Considerando a importância de manter em vigor o PDMFCI de Sintra, nas suas vertentes de planeamento, prevenção e combate aos incêndios, na pendência da decisão judicial, foi pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Sintra emitida Resolução Fundamentada, atendendo ao prazo legal que se dispunha para o efeito, o qual não se coaduna com o agendamento das reuniões dos órgãos municipais.

Face ao supra exposto, **julga-se de propor** que se submeta a proposta, que se anexa, a reunião do Executivo Camarário e posterior envio à Assembleia Municipal, para ratificação, ao abrigo do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc) e artigo 25.º, n.º 1, alínea h), da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Todavia, à superior consideração.

A Jurista,

Alice Castro

Reunião de

05 FEV. 2020

Docº Agendado com o
Nº 5

RESOLUÇÃO FUNDAMENTADA

Baptista Rodrigues Construções, Lda., intentou providência cautelar contra o Município de Sintra, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra sob o n.º 15/20.2BESNT-A, requerendo a suspensão de eficácia da deliberação da Assembleia Municipal de 2 de julho de 2019, que aprovou o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) e especialmente da norma constante no artigo 4.º do mesmo diploma.

Por força do disposto no artigo 128.º do CPTA, aplicável *ex vi* do artigo 130.º da mesma Lei, a entrada da providência cautelar tem como efeito a suspensão imediata do diploma impugnado.

Considerando que:

- Os incêndios florestais constituem uma séria ameaça à floresta portuguesa, que compromete a sustentabilidade económica e social do País;
- A Política de defesa da floresta contra incêndios, pela sua vital importância para o País, não pode ser implementada de forma isolada, mas antes inserindo-se num contexto mais alargado de ambiente e ordenamento do território, de desenvolvimento rural e de Proteção civil, envolvendo responsabilidades de todos, Governo, autarquias e cidadãos, no desenvolvimento de uma maior transversalidade e convergência de esforços de todas as partes envolvidas, de forma direta ou indireta;

Reunião de

05 FEV. 2020

Doc.º Agendado com o
Nº 5



- A estratégia de defesa da floresta contra incêndios assume duas dimensões: a defesa das pessoas e dos bens e a defesa dos recursos florestais;
- O PMDFCI 2019-2028 de Sintra pretende concretizar os princípios de atuação, fornecendo um quadro de referência aos serviços municipais na sua atuação licenciadora e fiscalizadora e na articulação com os demais serviços locais, regionais e nacionais na prevenção e no combate aos incêndios florestais;
- O PMDFCI 2019-2028 de Sintra seguiu o tramites legais de aprovação em conformidade como despacho n.º 443-A/2018 alterado pelo Despacho n.º 1222-B/2018 e com o Artigo 10.º do DL 124/2006 de 28 de junho com as alterações vigentes;
- Os PMDFCI, de âmbito municipal, contêm as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das ações de prevenção, incluem a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios;
- A cartografia da rede de defesa da floresta contra incêndios constituída pela rede primária de faixas de gestão de combustível, rede viária florestal fundamental, rede de pontos de água e rede nacional de postos de vigia (RNPV), assim como a carta de perigosidade de incêndio florestal, constantes dos PMDFCI, devem ser incorporadas e regulamentadas nos respetivos planos municipais de ordenamento do território;
- O PMDFCI serve de base ao plano distrital e plano nacional (PDDFCI) e (PNDFCI) constituindo parte integrante Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios que assegura a consistência territorial de políticas, instrumentos, medidas e ações;

Reunião de

05 FEV. 2020

Doc.º Agendado com o
Nº 5

- Só assim, o planeamento da defesa da floresta contra incêndios é assegurado a um nível nacional, distrital e municipal;
- Como tal a suspensão de eficácia do PMDFCI de Sintra tem implicações nos municípios limítrofes e, em última análise, em todo o território nacional;
- O PMDFCI é constituído por três cadernos:
 - a) Caderno I, que contém a informação de base que fundamenta o diagnóstico que resulta da análise do território;
 - b) Caderno II que define o plano de ação sustentado no diagnóstico do Caderno I;
 - c) Caderno III que operacionaliza o PMDFCI, em particular para as ações de vigilância, deteção, fiscalização, 1.^a intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio através do plano operacional municipal (POM), que particulariza a execução destas ações;
- O atual PMDFCI tem um período de vigência de 10 anos, cobre o período de 2019 a 2028, inclusive, independentemente das atualizações que venham a ser efetuadas, no mesmo período, a fim de manter a sua atualidade;
- O plano de ação contido no caderno II do PMDFCI é sustentado pela informação base do caderno I. Apoia-se na avaliação efetuada e concretiza-se através do planeamento das ações, com metas definidas, concordantes com os eixos estratégicos do PMDFCI que servem a estratégia municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (DFCI);
- Cumulativamente contém indicadores, identifica os responsáveis e a estimativa orçamental para a concretização das ações estabelecidas. Este

Reunião de

05 FEV. 2020

3

caderno enquadra o plano no âmbito do sistema de gestão territorial e no Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios; analisa o risco e a vulnerabilidade aos incêndios; define a carta de perigosidade de incêndios florestais, define os objetivos e metas municipais de DFCl;

- Estrutura-se em 5 eixos estratégicos: 1.º eixo estratégico - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais; 2.º eixo estratégico - redução da incidência dos incêndios; 3.º eixo estratégico - melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios; 4.º eixo estratégico - recuperar e reabilitar os ecossistemas; 5.º eixo estratégico - adoção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz;

- O caderno III, define o Plano Operacional Municipal, operacionaliza o PMDFCl, em particular as ações de vigilância, deteção, fiscalização, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio. Particulariza a execução destas ações, identifica os meios, recursos e os contactos. Sectoriza o território, estabelece a cartografia de apoio à decisão e os locais estratégicos de estacionamento para as ações de vigilância e deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio.

- Assim, a suspensão do PMDFCl compromete a possível resposta do Município às questões relacionadas com a defesa da floresta contra incêndios em todos os eixos estratégicos definidos no caderno II e respostas operacionais aos incêndios florestais definidas no caderno III, bem como a resposta nacional aos mesmos eventos, com a gravidade que daí decorre, como se vem constando com cada vez maior incidência nos últimos anos;- Ademais, a suspensão do plano significa privar os serviços de urbanismo da Entidade Requerida de apreciar os processos dos demais particulares que se encontrem em situação semelhante à da Requerente ou que estejam em fase final de tramitação desde que em área abrangida pelo PMDFCl.

Reunião de

05 FEV. 2020

Docº Agendado com o
Nº 5

- O interesse municipal e nacional de salvaguarda da floresta, do meio ambiente, mas também das pessoas e bens envolvidos, não pode ser comprometido pela suspensão da aplicação do PMDFCI, até pelas potenciais consequências devastadoras já conhecidas dos incêndios ocorridos nos anos anteriores que incluíram a destruição de vastas áreas de floresta, de bens, incluindo habitações, e até de vidas humanas e animais.
- Pelo que não pode ser decretada a providência cautelar requerida.

Considerando que, o prazo de que se dispõe para apresentar a Resolução Fundamentada, o qual não se coaduna com o agendamento, das reuniões dos órgãos municipais, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 128.º do CPTA, reconheço a existência de grave prejuízo para o interesse público na suspensão da execução do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, circunstância que, não obstante a pendência da providência cautelar, determina que se mantenha em vigor o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2019-2028 de Sintra.

Remeta-se à próxima Reunião de Câmara e à Assembleia Municipal, para ratificação, ao abrigo do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc) e artigo 25.º, n.º 1, alínea h), da lei 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,

- Basílio Horta -

Reunião de

05 FEV. 2020

Docº Agendado com o
Nº 5